

# News Paper®



Informativo  
Setorial ANDIPA

## Extraordinário

Andipa planeja evento com especialista sobre substituição tributária

CADE recomenda o fim da exclusividade para aprovar troca de ativos entre IP e VCP

## Dados e informações

Em crescimento, importação de cut size já abastece cerca de 6% do mercado nacional

Importação de papéis segue em alta

Análise mostra preço médio do comércio exterior

Preço do cut size no varejo ignora substituição tributária

## Fatos e atos

Assembléia atualiza estatuto visando melhor gestão

## Setoriais

Conselhos discutem novos regimentos

## Boas práticas, melhores resultados

A ética das empresas nas relações com o mercado tem influenciado o comportamento do consumidor e justamente por isso a tão propalada “responsabilidade social” corporativa tem freqüentado a agenda de diversos setores, inclusive globalmente.

Este tema freqüenta o noticiário econômico diário e tem sido objeto de pesquisas e debates em diversos fóruns nacionais e globais. Um destes trabalhos conclui que “as empresas deveriam segmentar o mercado e fazer um esforço específico para alcançar compradores com alto padrão ético, pois são estes que podem trazer os maiores lucros”.

O artigo “Até que ponto vale a pena ser uma empresa ética” foi produzido a partir de uma pesquisa conduzida na Ivey School dos EUA, e publicado no The Wall Street Journal e no Valor Econômico. Os autores – Remi Trudel e June Cotte – testaram o quanto os consumidores estavam dispostos a pagar por determinado produto, levando em consideração os padrões éticos. A conclusão foi que pagariam mais por aquele eticamente manufaturado, mas exigiriam grande desconto para comprar produtos que tenham práticas antiéticas em sua cadeia produtiva.

Operar com práticas duvidosas e questionáveis do ponto de vista ético, via de regra, deixa um passivo que pode corroer não apenas a rentabilidade e patrimônio, mas também a reputação. Além disso, tais atitudes promovem no setor um ambiente competitivo distorcido e pernicioso, no qual todos perdem.



### Expediente:

Direitos autorais reservados à ANDIPA –  
Associação Nacional dos Distribuidores de Papel

### Staff:

Iolanda Moretti – Assistente Administrativo  
Claudia Melo – Assistente Administrativo  
Rosângela Valente – Assessoria de Imprensa

### Presidente:

Andrés Romero

### Diretoria:

Alberto de Castro Lima - Encapa  
Geraldo de Souza Soares - Gimba  
José Luiz Figueira Júnior – Sulpel  
Paulo Ribeiro da Cruz Moura - Samab

### Contatos:

Telefone: (11)3044.2214  
E-mail: [newspaper@andipa.org.br](mailto:newspaper@andipa.org.br)

Assessoria de Imprensa, Conteúdo  
Editorial e Projeto Gráfico  
Illuminatti Comunicação e Design



Um acelerador desta crescente conscientização dos consumidores e empresas pelos padrões éticos são a inclusão digital e a tecnologia da informação, que vieram para facilitar o controle e a fiscalização dos processos e práticas, reduzindo o espaço e aumentando os riscos para os ilícitos. Um bom exemplo deste mecanismo de controle moderno é o advento da nota fiscal eletrônica, uma ferramenta já implantada em alguns setores da economia brasileira, que será a regra para todas as operações num futuro próximo.

A construção deste novo ambiente, no qual se tenham relações menos imperfeitas do ponto de vista competitivo, da produção ao cliente final, caminha firme e “as mudanças não correm, mas ocorrem” – vide editorial da edição anterior. Aqueles que insistem

em operar no ilícito ou manipulando os mecanismos legais para obter ganho imediato estão potencializando o risco de seu negócio e impondo ao setor um caminho mais árduo e lento para atingir bons resultados e alcançar um crescimento saudável e sustentável do próprio negócio e do setor.

Boas práticas implicam em melhores resultados. A adoção de boas práticas nos negócios pode servir de acelerador para melhorar a performance empresarial e o ambiente competitivo. Esta é uma inovação urgente e que deve ser perseguida com afinco e propagada na distribuição e no setor papeleiro como um todo, como forma definitiva de combater os ranços e vícios de um passado de pouca transparência e muitas brechas para o ilícito.

# Andipa planeja evento com especialista sobre substituição tributária

A Associação estará promovendo um evento para dirimir dúvidas de seus associados sobre a substituição tributária no mercado do papel cut size, implantada no estado de São Paulo, desde 1º de abril deste ano. A recente regra tributária tem gerado muitas dúvidas sobre os procedimentos administrativos e legais cabíveis nas operações de compra e venda de papel cortado, em especial as que envolvem transações interestaduais. Para elucidar estas questões, a Andipa está convidando um especialista tributário para realizar um workshop, em data e local que serão comunicados em breve aos associados.

A Andipa sempre defendeu o regime de substituição tributária nacional como mecanismo capaz de conter a sonegação e a

guerra fiscal no segmento do papel cortado. No entanto, o presidente da Andipa, Andrés Romero, avalia que como foi implantado – unilateralmente pelo estado de São Paulo e com a alíquota interna de ICMS mantida em 18% – os resultados podem ser negativos tanto para o setor quanto para a arrecadação estadual. “O ideal seria a implantação da substituição tributária nacionalmente, ou que fossem imediatamente estabelecidos convênios efetivos com os demais estados e que a alíquota interna fosse reduzida para manter a competitividade das empresas locais”, afirma o presidente, observando que a resistência de reação dos preços no varejo pode ser um indicativo de que o sistema necessita de revisão.

## CADE recomenda o fim da exclusividade para aprovar troca de ativos entre IP e VCP

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) conclui relatório sobre o ato de concentração referente à troca de ativos firmada, em setembro de 2006, entre a International Paper e a Votorantim Celulose e Papel, acatando os pareceres dos demais órgãos envolvidos no processo – Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, Procuradoria do CADE e Ministério Público Federal. O relatório recomenda a aprovação da operação condicionada ao compromisso assumido pelas indústrias “de não imporem, tácita ou formalmente, a obrigação de exclusividade ou fidelidade aos distribuidores de papel de imprimir e escrever não revestido no formato cut size”.

A partir desta divulgação, os distribuidores da IP podem procurar outros fornecedores, conforme afirmou o representante da indústria na reunião de maio do Conselho do Setor de Papel Cut Size (CCS), Wagner Guarnieri. “Ainda não tivemos casos de manifestações. Cada um procura o que lhe interessa. Mas, o volume deve ser interessante para todos”, ressaltou.

Na prática, a decisão do CADE vale apenas para a International Paper, já que a VCP havia firmado termo com o mesmo teor no

processo envolvendo a compra da Ripasa, em sociedade com a Suzano. No relatório deste ato de concentração, definido em agosto do ano passado, além de pôr fim a fidelidade da rede de distribuição, o CADE também determinou que as fabricantes colocassem à venda a marca Ripax e recomendou ao Ministério de Desenvolvimento redução a zero da Tarifa Externa Comum do cut size. A Suzano, que pela divisão dos ativos da Ripasa ficou com a marca, colocou a Ripax à venda em abril e até o final de maio ainda não era conhecido o resultado da oferta.

No ato de concentração envolvendo IP e VCP, o CADE analisou a transferência da IP para a VCP de uma base florestal e do projeto de construção de uma fábrica de papel e celulose em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Como contrapartida, a transferência da VCP para a IP de uma base florestal e de uma fábrica de papel localizada em Luiz Antônio, no interior de São Paulo.

Os órgãos de defesa econômica ainda avaliam outros processos do setor, como a venda de unidades da VCP e da própria Ripasa. A Andipa tem acompanhado atentamente os desfechos dessas operações e a implantação das medidas impostas, fatos que estão provocando mudanças estruturais no setor papelheiro.

# Em crescimento, importação de cut size já abastece cerca de 6% do mercado nacional

As importações de cut size, entre janeiro e abril deste ano, somaram 8 mil toneladas, 80,5% a mais que as 4,4 mil toneladas internalizadas no mesmo período de 2007, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Com isso, a participação do importado no mercado nacional de cut size subiu de 3,65%, no primeiro quadrimestre do ano passado, para quase 6%, em 2008 para o mesmo período. A projeção para o ano indica que a internalização de cut size deverá ultrapassar 40 mil toneladas, o que representará um crescimento de 110%, em relação ao volume importado de janeiro a dezembro de 2007, de 19,1 mil toneladas.

Os números da indústria nacional também mostram expansão no segmento cut size. A produção nos primeiros quatro meses deste ano foi de 293,2 mil tons, 3,3% maior do que em igual período do ano passado (283,8 mil tons). Já as vendas domésticas cresceram 10% no período, passando de 116,5 mil tons, entre janeiro e abril de 2007, para 128 mil tons, este ano.

O comércio internacional é o destino de cerca de 50% da produção nacional de cut size. Das 293 mil toneladas de cut size produzidas no Brasil até abril, 128 mil tons foram comercializadas no mercado interno e 149,5 mil tons foram destinadas para outros países. As exportações cresceram 1,8% em relação a 2007, quando foram embarcadas 146,8 mil toneladas.

## Preço

Com as importações aquecidas e influenciadas pelo aumento do custo da celulose, o valor médio da tonelada apurado pela Secex subiu 17,7% este ano, em comparação com 2007. As cargas de cut size que desembarcaram no Brasil, entre janeiro e abril deste ano, foram negociadas ao valor médio de US\$ 991,49 a tonelada, contra US\$ 842,41 apurados em igual período do ano passado. Já nas vendas externas o preço médio aumentou 10%, passando de US\$ 829,06 para US\$ 912 a tonelada, conforme os dados da Secex.



**6%**

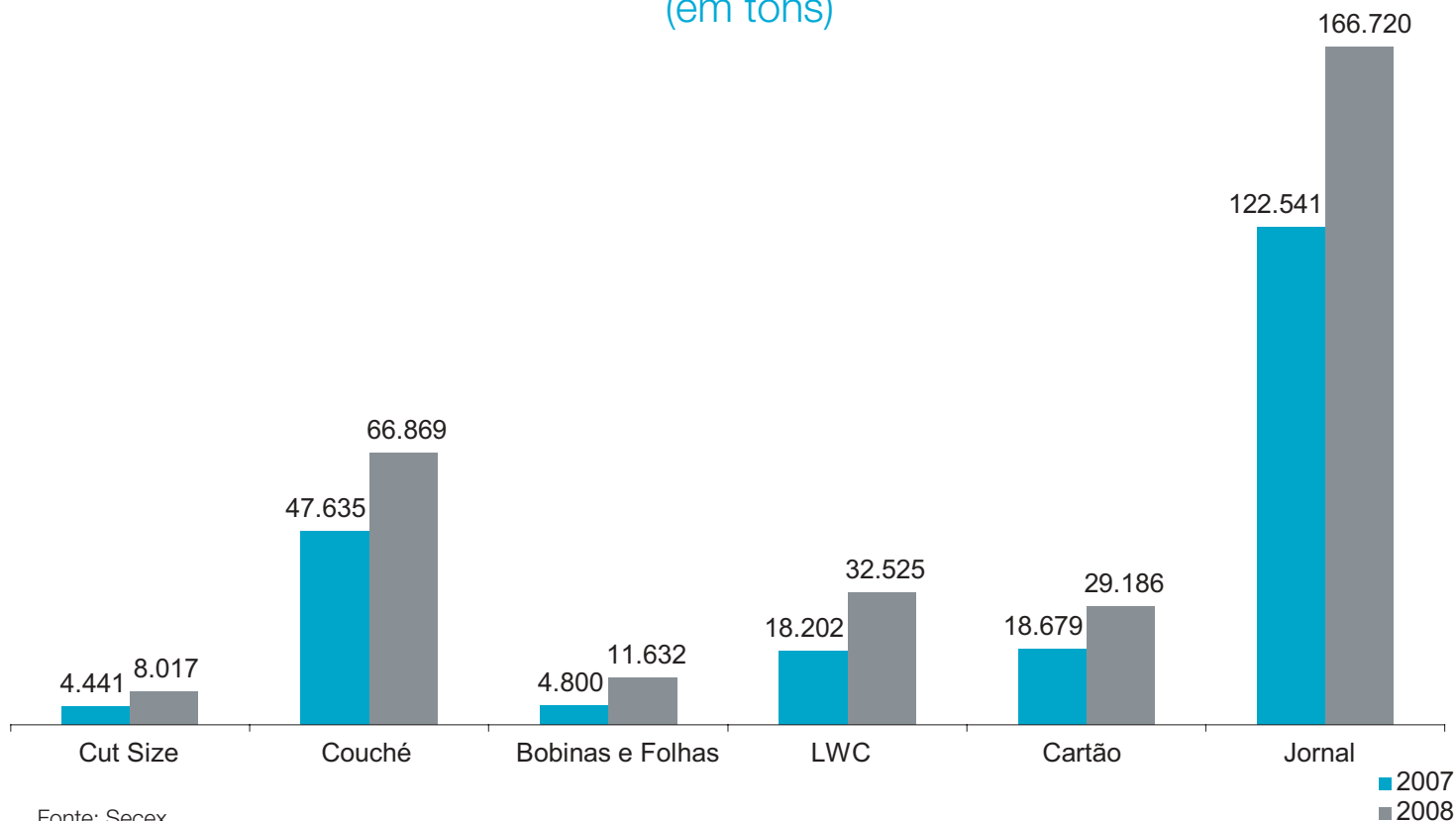
foi a participação do cut size importado no mercado brasileiro, no período de janeiro a abril.



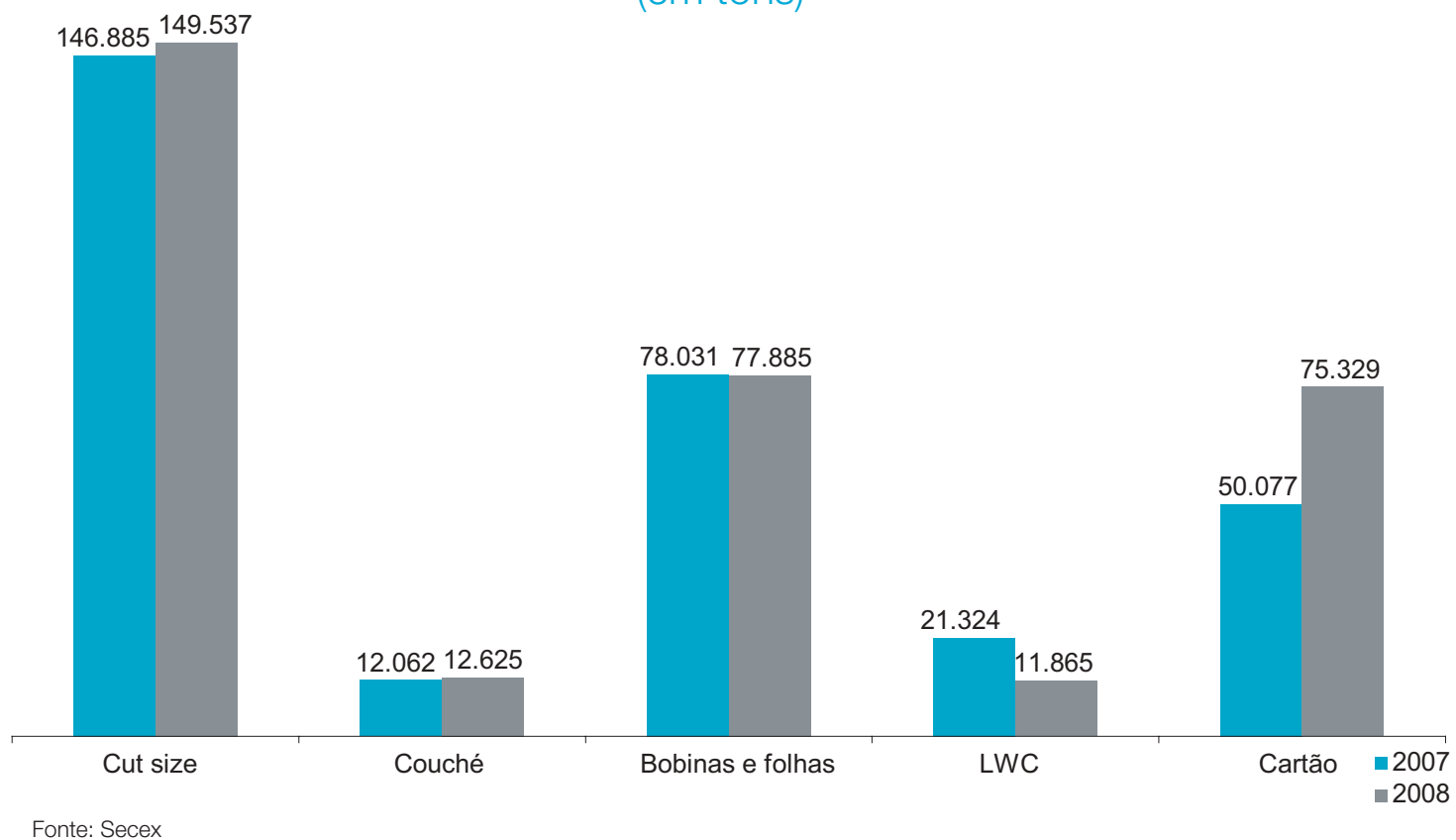
**3,65%**

foi o market share da importação, no mesmo período de 2007.

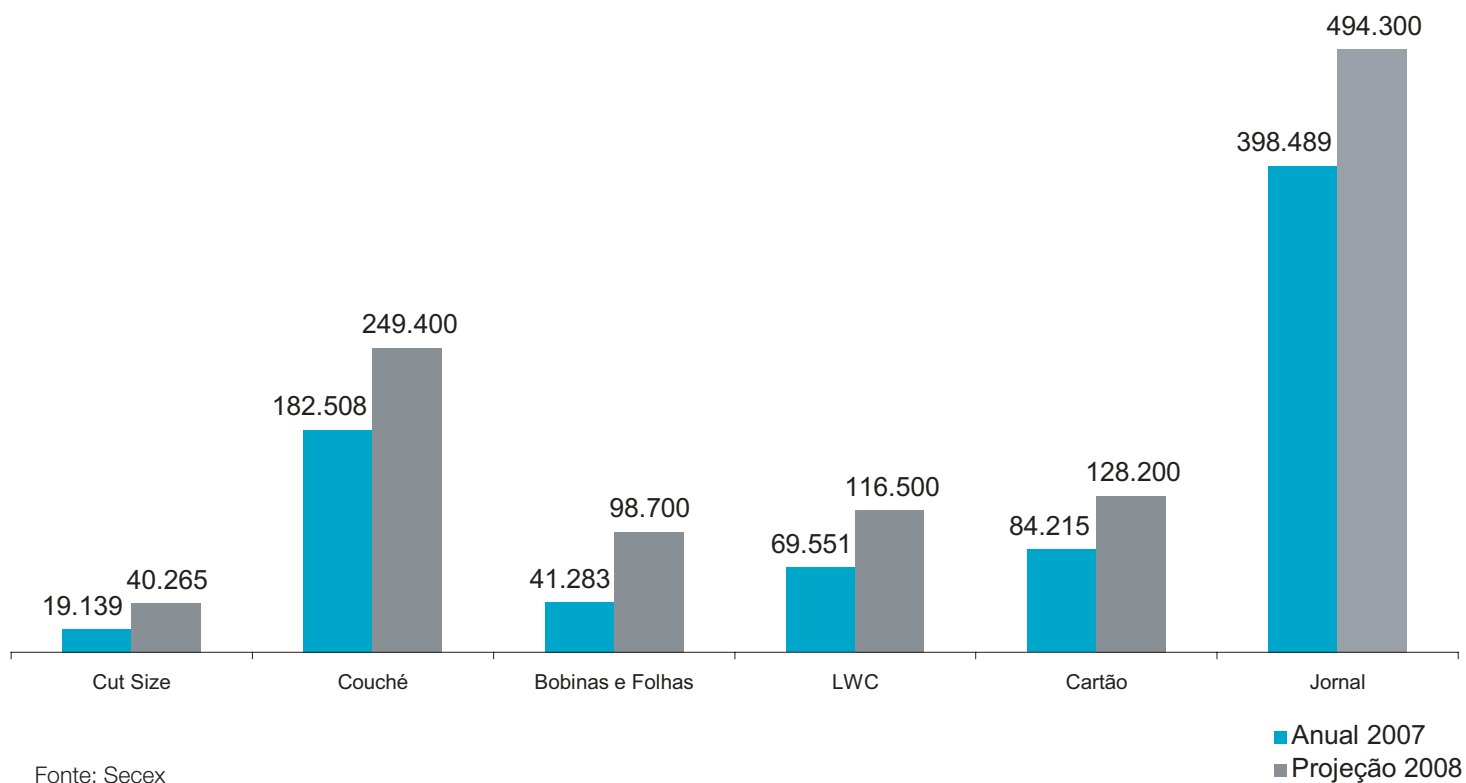
### Importação de papéis no 1º quadrimestre (em tons)



### Exportação de papéis no 1º quadrimestre (em tons)



## Importação de papéis (em tons)



# Importação de papéis segue em alta

Os números da balança comercial brasileira, nos primeiros quatro meses deste ano, mostram que as importações de alguns tipos de papéis superaram em até 140% o volume apurado no mesmo período de 2007. Consideradas as condições atuais de mercado, a Andipa projeta que este crescimento deva se manter ao longo de 2008. Os dados disponíveis ainda não permitem avaliar o impacto da paralisação dos servidores da Receita Federal no registro das entradas e saídas de papéis do país.

De acordo com dados da Secex, o crescimento mais expressivo foi na categoria de papéis de imprimir e escrever em bobinas e folhas, que inclui o papel offset e engloba cinco NCM's – 4802.54.90; 4802.55.92; 4802.55.99; 4802.56.99; e 4802.57.99. Entre janeiro e abril deste ano, foram importadas 11,6 mil tons de papéis com estas especificações, 142,3% a mais do que as 4,8 mil tons referentes a igual período de 2007. Considerando o desempenho do primeiro quadrimestre, a projeção é que as importações destes papéis cheguem a 98,7 mil tons no ano, o que corresponde a um crescimento de 139% em relação às 41,2 mil tons de 2007.

Distribuidores e consumidores brasileiros importaram 14 mil toneladas a mais de LWC no primeiro quadrimestre deste ano, quando comparado ao volume do período anterior. Até abril, a Secex registra a entrada de 32,5 mil toneladas de LWC, 78,7% mais que as 18,2 mil toneladas apuradas nos quatro primeiros meses de 2007. Com isso, ao final dos doze meses de 2008 a importação de LWC deve atingir 116,5 mil toneladas, incremento de 67,5% em relação às 69,5 mil toneladas importadas em 2007.

Outro produto com crescimento acima de 50% é o papel cartão. Em quatro meses, entraram no país 29,1 mil toneladas de

cartão, enquanto no mesmo período do ano passado foram importadas 18,6 mil toneladas. A projeção para 2008 indica que o volume deve chegar a 128,2 mil toneladas, 52% a mais do que as 84,2 mil toneladas importadas entre janeiro e dezembro do ano passado.

No segmento de papel jornal, no qual a importação responde por cerca de 75% do consumo nacional, o balanço do quadrimestre mostra crescimento de 36,1% no volume. De acordo com a Secex, entraram no Brasil 166,7 mil toneladas de jornal até abril deste ano, contra as 122,5 mil toneladas internalizadas no mesmo período de 2007. Mantido o ritmo das compras externas, devem ser importadas 494 mil toneladas de papel jornal até dezembro.

## Entra e sai

Embora a importação destes grupos de papéis indique tendência de crescimento, os mesmos produtos aparecem na saída da balança comercial. De acordo com o acompanhamento da Secex, as exportações brasileiras enquadradas na categoria de papéis de imprimir e escrever em bobinas e folhas somaram 77,8 mil toneladas no primeiro quadrimestre do ano, volume praticamente igual ao verificado entre janeiro e abril de 2007 (78 mil tons). No segmento de cartão, as saídas cresceram 50,4% em 2008, saltando de 50 mil toneladas entre janeiro e abril de 2007 para 75,3 mil no mesmo período deste ano.

Já as embarcações de LWC caíram 44,3% no período analisado, passando de 21,3 mil tons em 2007 para 11,8 mil tons este ano. Entre as especificações de couché, o volume cresceu 4,6% nos primeiros quatro meses do ano, mantendo o patamar de 12 mil toneladas exportadas.

# Volume de couché importado cresceu 40% e deve chegar a 249 mil tons em 2008

Responsável pelo abastecimento de 40% do mercado brasileiro de papel couché em 2007, a importação continua crescendo. Conforme dados do primeiro quadrimestre da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), entre janeiro e abril, foram importadas 66,8 mil toneladas de couché, quase 20 mil tons a mais do que em igual período do ano passado.

Com este desempenho, a projeção é de que a importação de couché – nas gramaturas contempladas nas três NCM's acompanhadas (4810.1390, 4810.1990 e 4810.1989) – some 249,4 mil toneladas nos doze meses deste ano, o equivalente a 36,6% de crescimento em relação ao total de 182,5 mil toneladas importadas em 2007.

## Análise mostra preço médio do comércio exterior

A variação do preço médio nos primeiros quatro meses deste ano chegou a 17,7% nas importações e 37% nas exportações. A análise do comportamento dos preços foi feita com base nos volumes e valores movimentados na importação e exportação de papéis no primeiro quadrimestre de 2007 e 2008, através dos dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Na avaliação da Andipa, o aumento de preços em dólares verificado na maioria das categorias, tanto nas importações quanto nas exportações, é previsível e reflete a conjuntura do mercado internacional. Este cenário é influenciado por fatores que afetam a produção e oferta de celulose e papel no mundo, como o rigoroso inverno na Europa, alta no preço da celulose e maior demanda no mercado asiático, além da valorização da moeda asiática.

Das seis categorias de papéis acompanhadas pela Andipa, duas apresentaram retração nos valores médios. Entre os papéis de imprimir e escrever em bobinas e folhas a queda foi de 3,6%, com preço médio da tonelada caindo de US\$ 1.012,51 (em 2007) para US\$ 975,93. No caso do papel jornal a retração foi de 10,2%, com valor médio entre janeiro e abril passando de US\$ 639,84 a tonelada, em 2007, para US\$ 574,45, este ano.

No cut size, que teve crescimento de 80,5% no volume importado, o preço médio da tonelada também teve a maior alta (17,7%), saltando de US\$ 842,41, nos primeiros quatro meses do ano passado, para US\$ 991,49, no mesmo período

de 2008. No couché, a variação foi de 9,1% no período – US\$ 947,53, em 2007, e US\$ 1.034,02, este ano. A tonelada do LWC foi negociada este ano, em média, a US\$ 919,64. Isto é, 10,5% mais caro do que no primeiro quadrimestre de 2007 (US\$ 832,33). Entre as nomenclaturas enquadradas como cartão, a valorização foi de 6,6%, com valor médio da tonelada importada passando de US\$ 861,54 para US\$ 918,14.

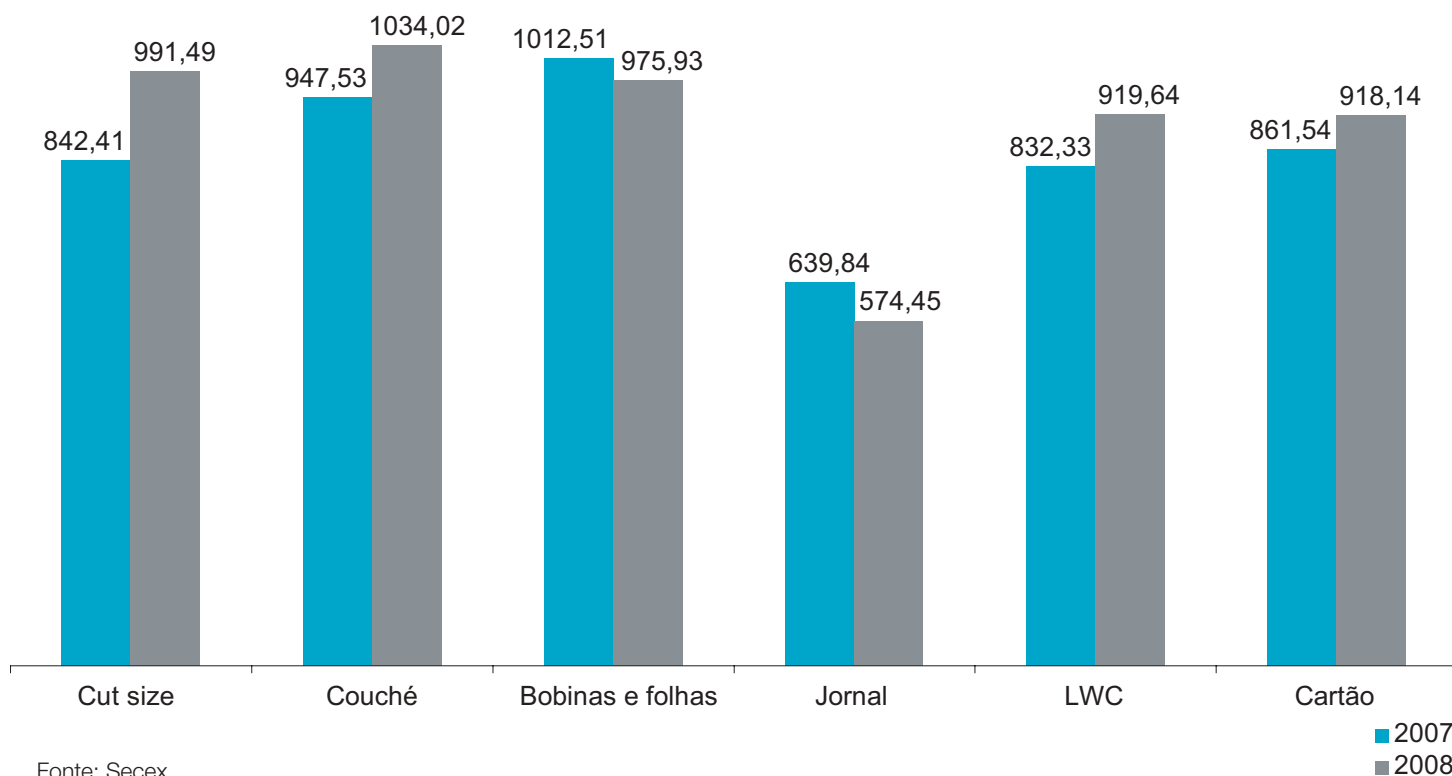
### Na saída

Nas exportações dos mesmos produtos, com exceção do papel jornal, todos os valores médios apresentaram alta, oscilando entre 10% e 37%. A menor variação foi verificada no cut size, que teve a tonelada negociada a US\$ 912, em média, nas operações de saída deste ano, contra US\$ 829,06 nos contratos do primeiro quadrimestre de 2007. No outro extremo, a maior valorização do preço médio de exportação foi no LWC, que saltou de US\$ 703,51 para US\$ 963,65 a tonelada, no período analisado.

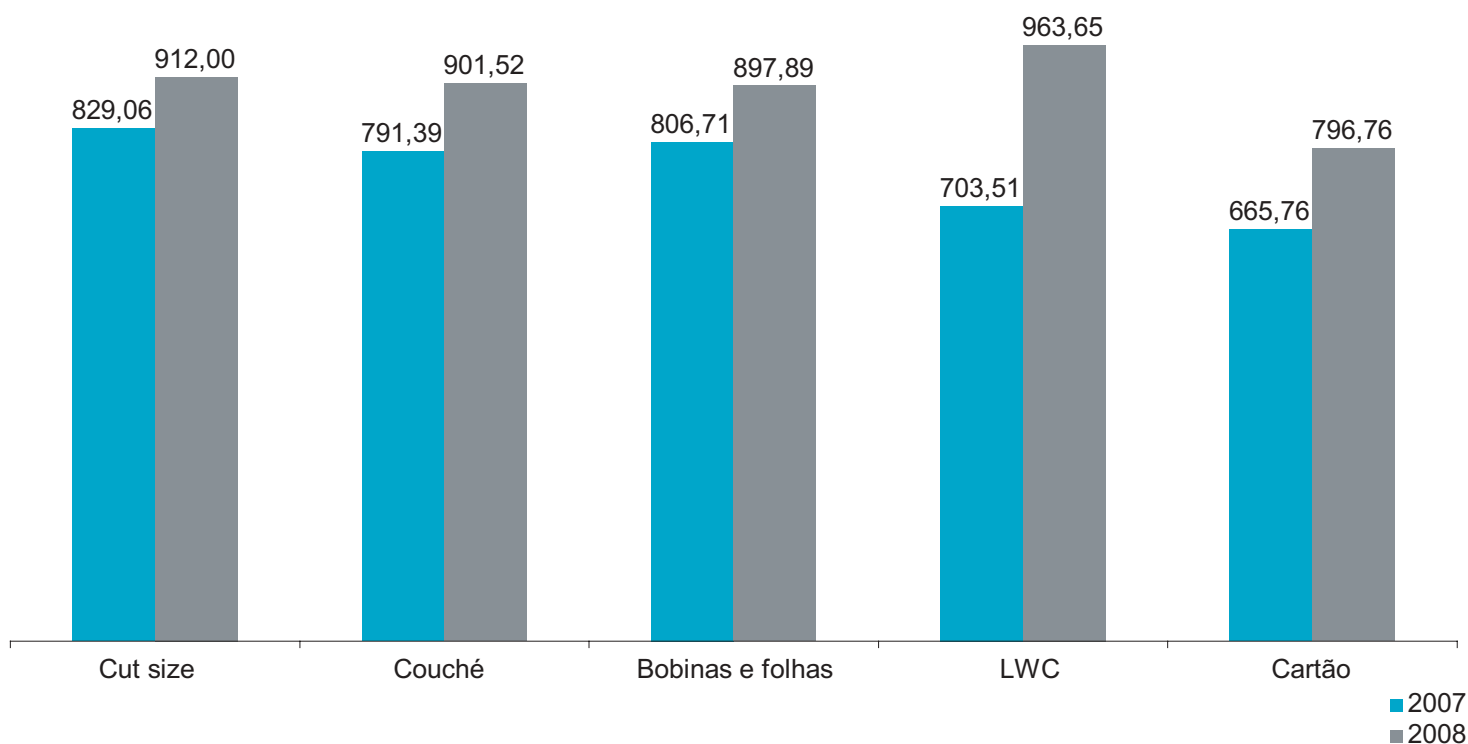
Entre os papéis de imprimir e escrever em bobinas e folhas o valor médio da tonelada exportada subiu 11,3%, de US\$ 806,71 para US\$ 897,89. As vendas ao exterior de couché entre janeiro e abril deste ano tiveram preço médio de US\$ 901,52, valor 13,9% maior que os US\$ 791,39 verificados nas saídas do mesmo período de 2007. No caso do papel cartão, a tonelada foi exportada 19,7% mais caro este ano, em relação a igual período do ano passado – subindo de US\$ 665,76 para US\$ 796,76.



### Preço médio de importação no 1º quadrimestre (US\$ / ton)



### Preço médio de exportação no 1º quadrimestre (US\$ / ton)



# Maior oferta puxa preço do couché para baixo

Com aumento da oferta de couché no mercado, o preço médio negociado na distribuição caiu até 10,5% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o apurado no mesmo período de 2007. O comportamento dos preços é demonstrado na pesquisa setorial realizada mensalmente pela Andipa com seus associados. Consideradas as importações e as vendas domésticas dos fabricantes nacionais, a oferta de couché cresceu 12,5% entre janeiro e março deste ano, também em relação ao igual período de 2007.

O couché comercial teve retração menor, de 7,1%, com a tonelada negociada ao valor médio de R\$ 3.719 no primeiro trimestre deste ano, contra R\$ 4.004, nos mesmos meses de 2007. Já as operações com couché destinado ao mercado editorial, com imunidade tributária, tiveram a maior queda, passando de R\$ 2.886 para R\$ 2.584 por tonelada, no período analisado. Uma justificativa para a maior redução no preço do couché imune de impostos é a presença mais agressiva dos fabricantes nacionais neste segmento, acirrando a disputa com os importados.

Na contramão dos preços, a oferta de couché no mercado interno segue aquecida e a projeção é que sejam negociadas cerca de 507 mil toneladas em 2008, mantendo o crescimento dos últimos quatro anos. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, foram importadas 50,8 mil toneladas de couché entre janeiro e março deste ano, 36,7% mais que as

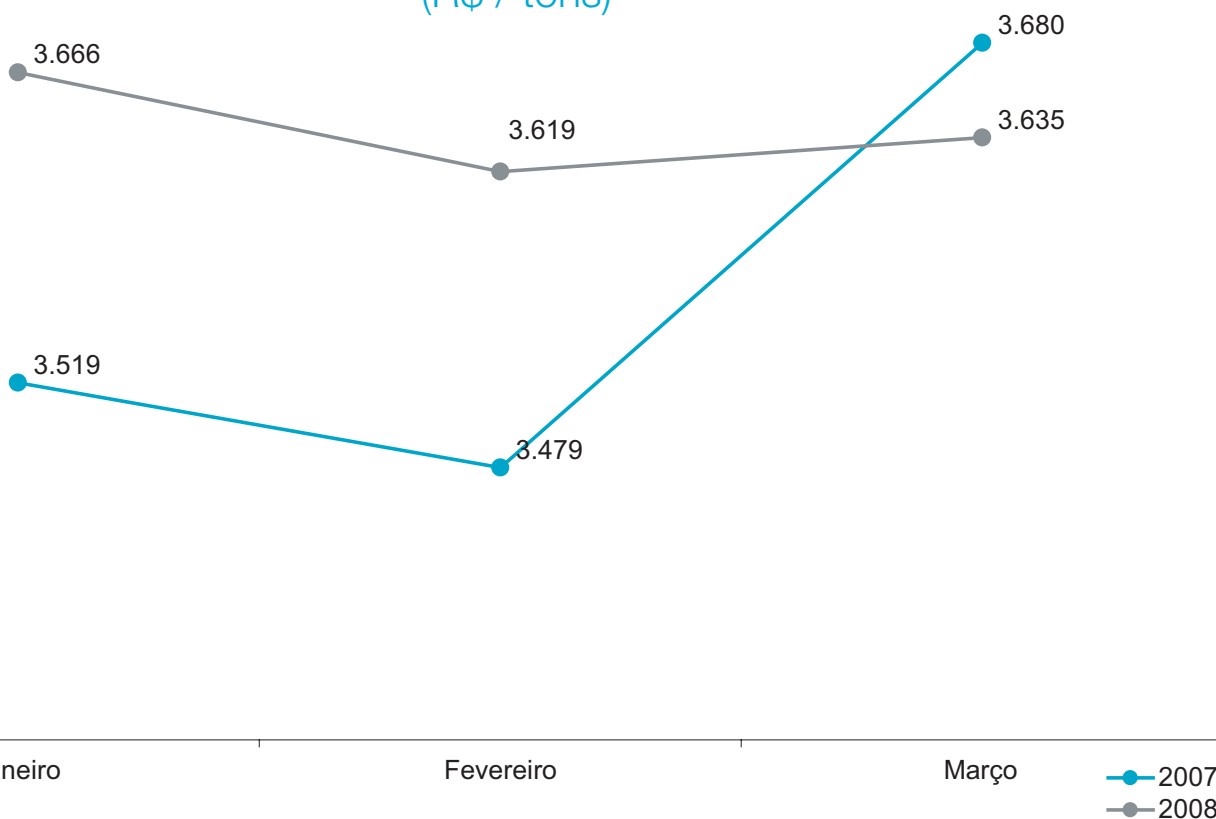
37,2 mil que entraram no país no primeiro trimestre de 2007. Os fabricantes nacionais venderam 60,2 mil tons no mesmo período deste ano, 2% a menos que no ano passado, conforme relatório Conjuntura Setorial da Bracelpa. Com isso, foram ofertadas 111 mil toneladas de couché no mercado brasileiro no primeiro trimestre deste ano, 12,5% a mais que as 98,6 mil tons negociadas entre janeiro e março de 2007.

## Offset e cartão

A pesquisa da Andipa no segmento gráfico e editorial permite também analisar a variação dos preços dos papéis offset e cartão. Pela média apurada no trimestre, o preço do offset comercial teve pequenas oscilações, mantendo o mesmo patamar do ano anterior. Até março de 2008, o valor médio foi de R\$ 3.640 a tonelada, 2,25% a mais do que no ano passado (R\$ 3.560). Nas operações com offset imune de impostos, a variação foi negativa (-1,1%), com o valor médio da tonelada caindo de R\$ 2.711, em 2007, para R\$ 2.682 este ano.

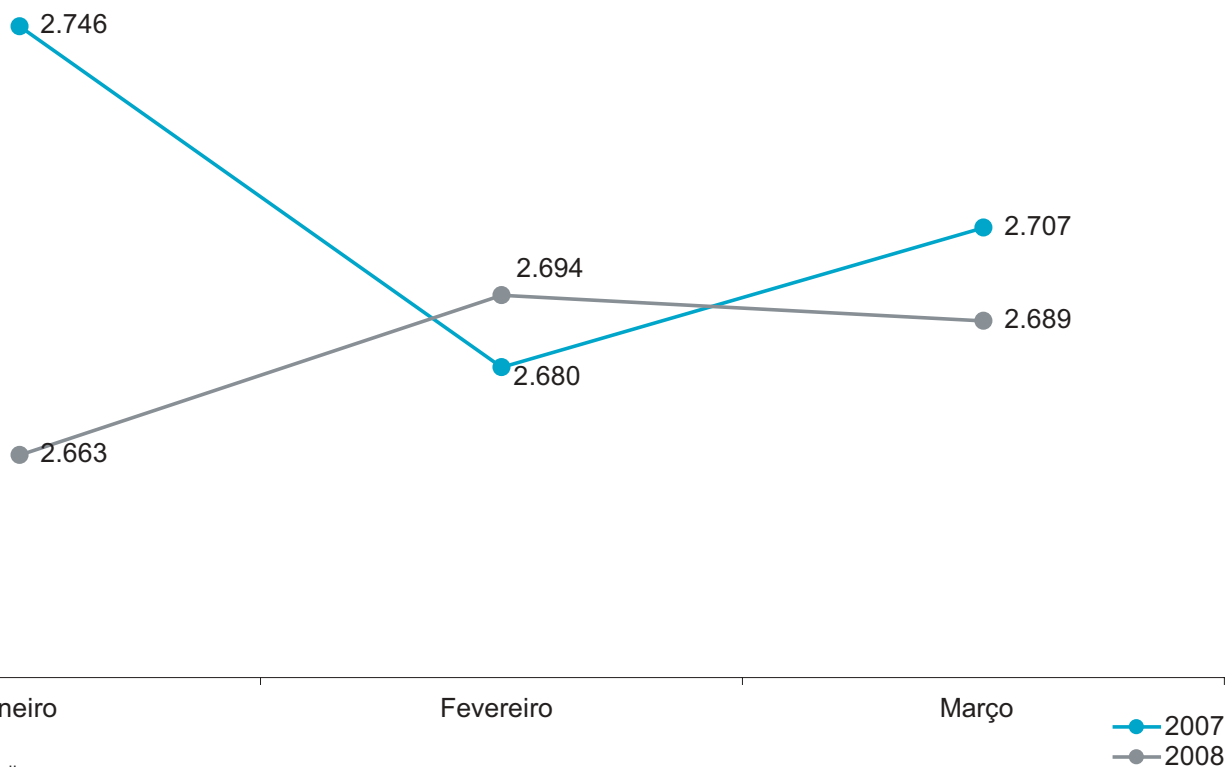
O papel cartão com imunidade tributária apresentou recuperação de 18,8% no período analisado, com valor médio da tonelada, no primeiro trimestre, subindo de R\$ 3.025 (2007) para R\$ 3.594 (2008). Na comparação dos preços médios do cartão para fins comerciais, a variação foi bem menor, com alta de 5,3% no período – de R\$ 3.698 a tonelada, em 2007, para R\$ 3.894, em 2008.

### Offset comercial - preço médio na distribuição (R\$ / tons)



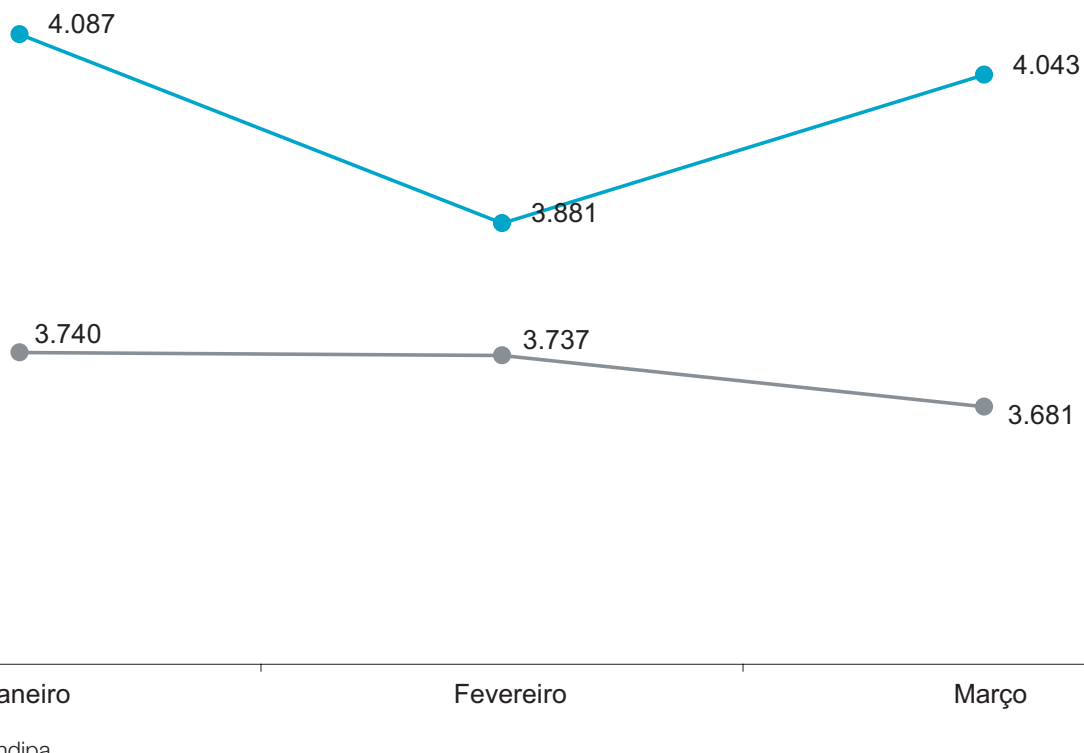
Fonte: Estatística Andipa

### Offset imune - preço médio na distribuição (R\$ / ton)



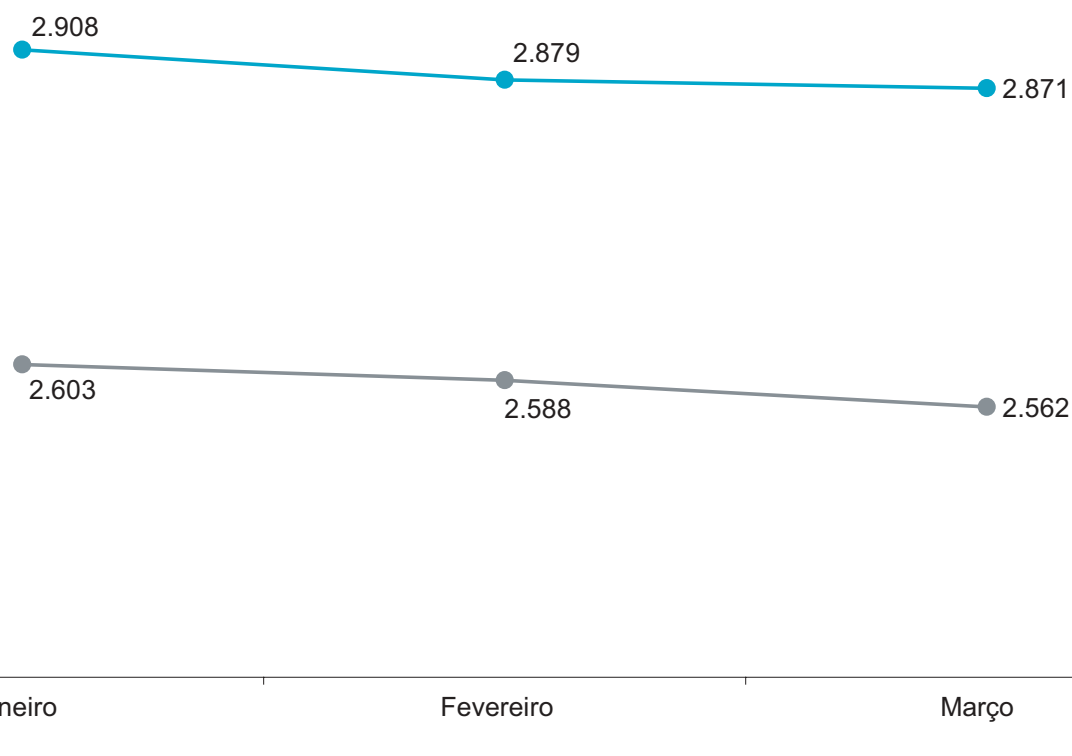
Fonte: Estatística Andipa

### Couché comercial - preço médio na distribuição (R\$ / tons)



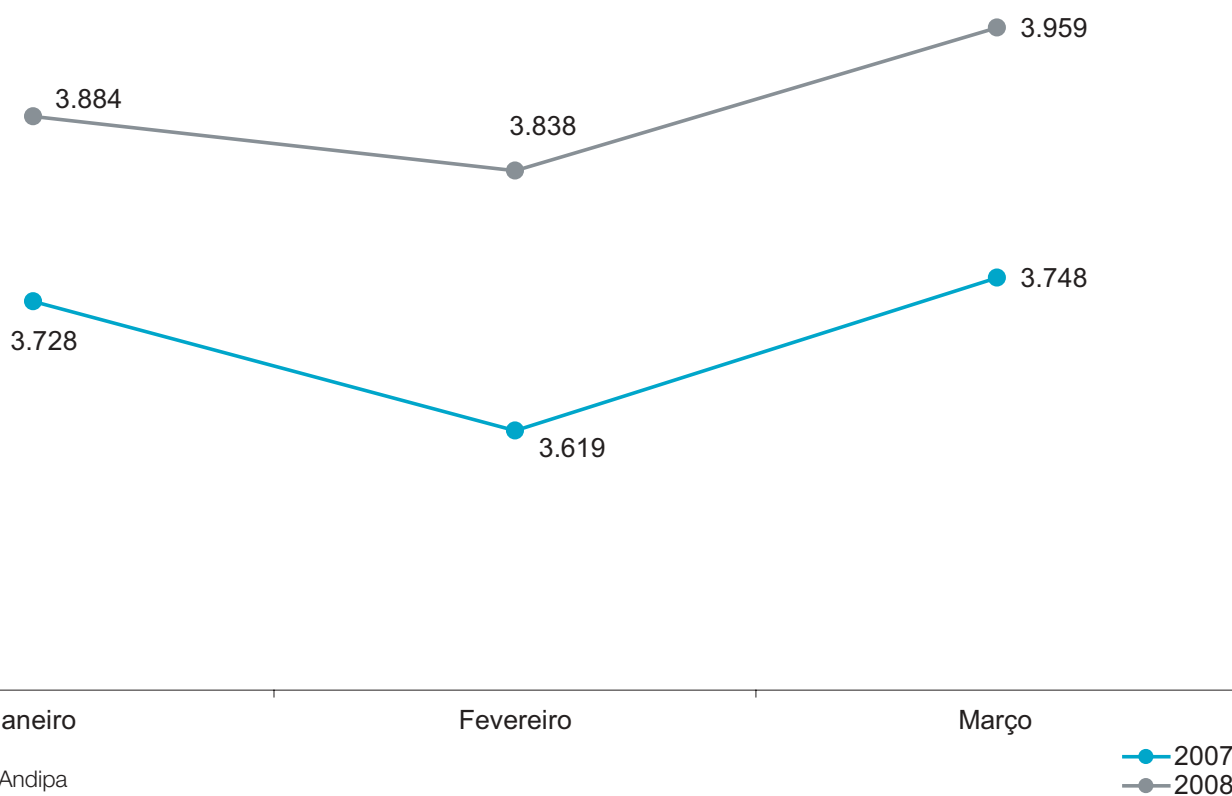
Fonte: Estatística Andipa

### Couché imune - preço médio na distribuição (R\$ / ton)

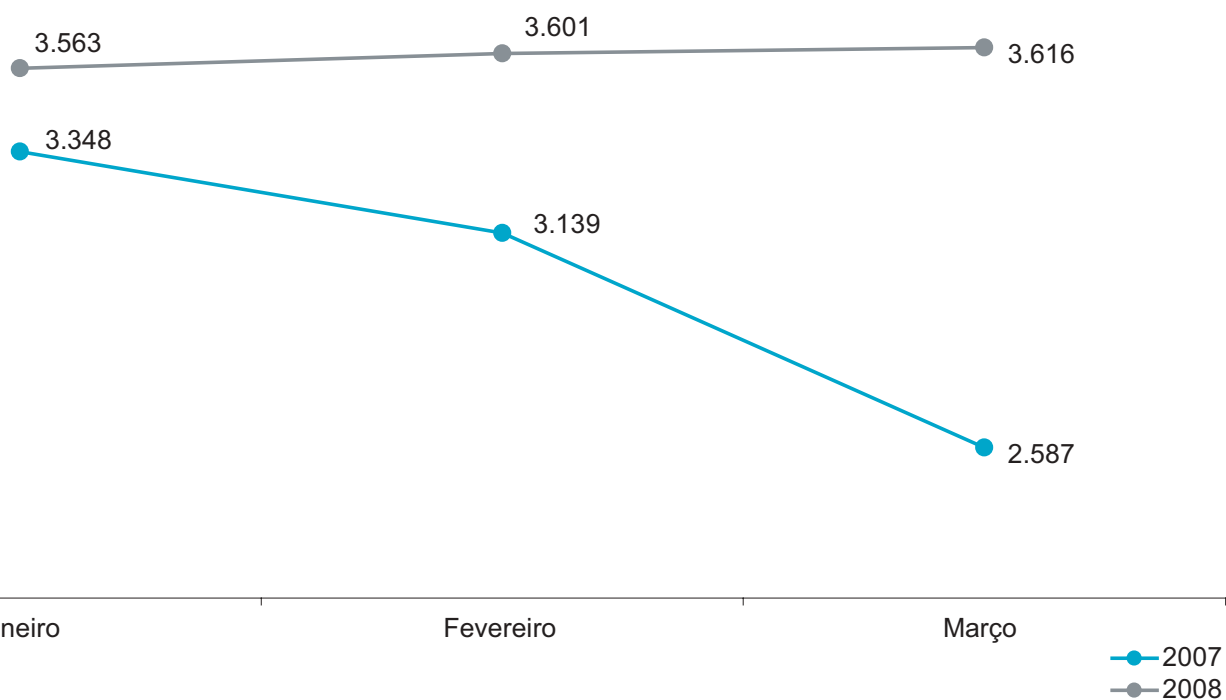


Fonte: Estatística Andipa

### Cartão comercial - preço médio na distribuição (R\$ / ton)



### Cartão imune - preço médio na distribuição (R\$ / ton)



# Preço do cut size no varejo ignora substituição tributária

Apesar da implantação do regime de substituição tributária no estado de São Paulo, em vigor desde 1º de abril, os preços do cut size no varejo resistem em absorver a alta esperada, de no mínimo 3% a 4%, para compensar a antecipação do recolhimento do ICMS em toda a cadeia. De acordo com a pesquisa realizada para o NewsPaper, o preço médio de venda ao varejo da resma de A4 75g, na região Sudeste, em maio, era de R\$ 8,97. O valor é 1,1% maior que o praticado em março – R\$ 8,87.

A expectativa do setor era de acomodação de preços de ponta do cut size, refletindo, além da substituição tributária, o fim do regime especial do TARE, do Distrito Federal, em vigor desde 03 de março passado.

Outro fator que poderia ter provocado aumento maior no varejo, é o anúncio dos fabricantes nacionais de reajuste médio de 8%, a partir de 1º de maio. Na avaliação da Andipa, como em outras ocasiões, a divulgação de aumento das indústrias teve, até o momento, o efeito de frear a trajetória de queda verificada desde dezembro passado.

O excesso de oferta, principalmente de marcas desconhecidas, e as brechas para operações ilícitas são fatores que podem

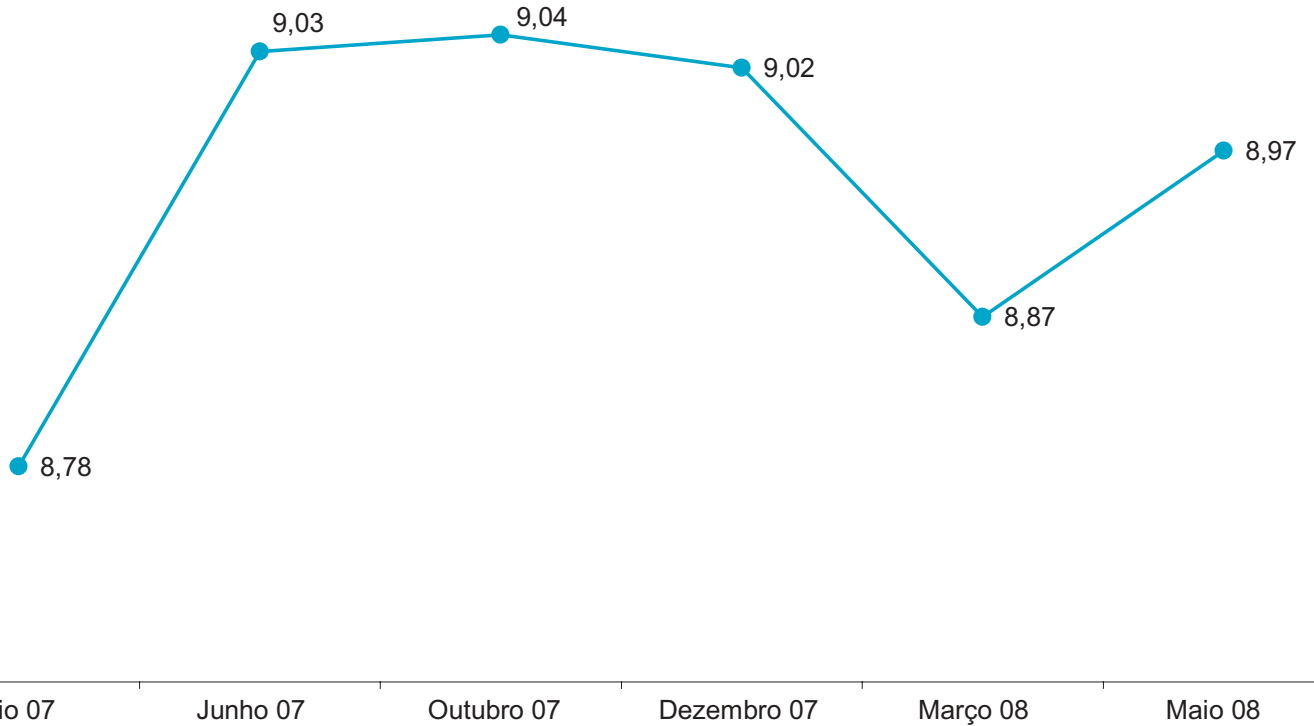
justificar a resistência do mercado ao realinhamento de preços esperado e necessário para a saudável concorrência no setor.

## Vendas públicas

O segmento de vendas ao governo já demonstra o movimento de alta esperado para o mercado de cut size. O preço médio praticado em maio está quase 10% maior que o apurado nas compras firmadas em março, através da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC/SP), do governo do estado. Com esta recuperação os valores se aproximam dos negociados em maio do ano passado. Os preços médios da BEC estão sem a alíquota do ICMS e correspondem às compras efetuadas pelos órgãos e empresas da administração pública estadual.

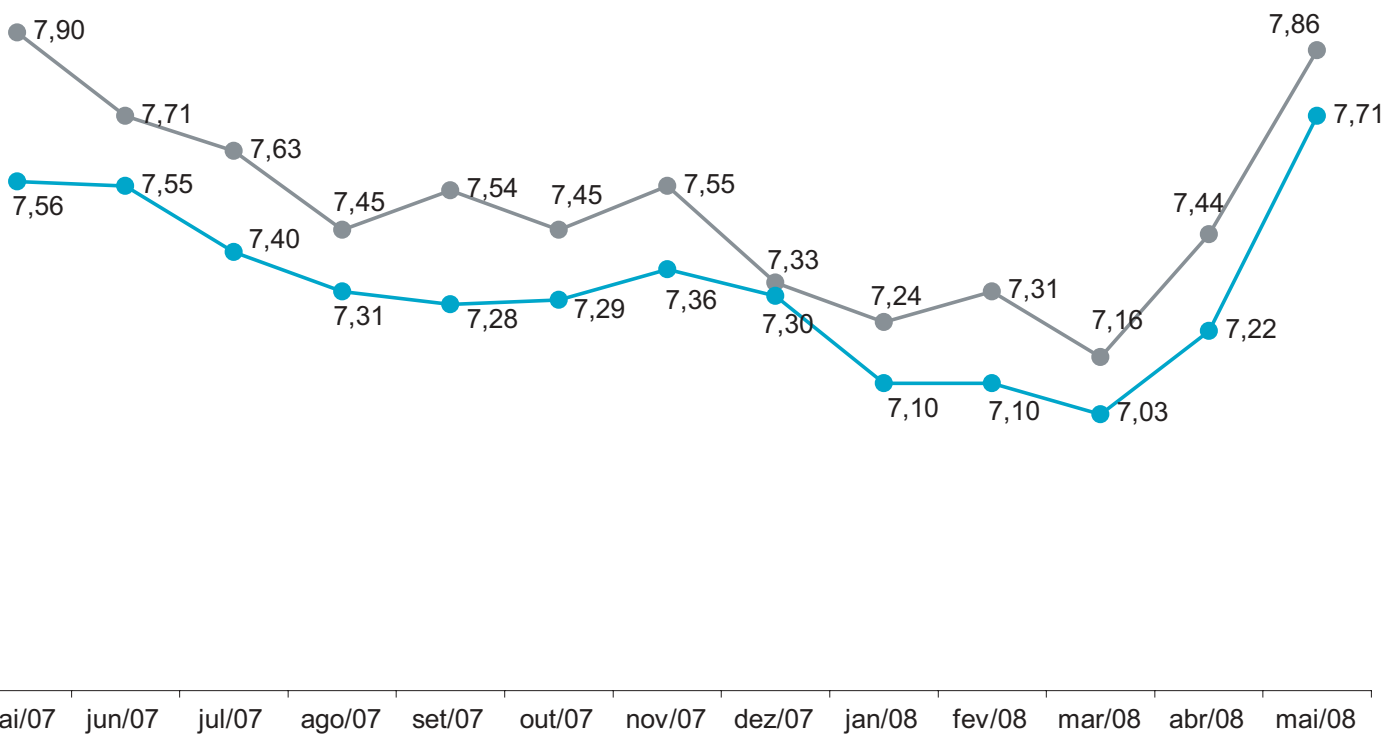
De acordo com as informações disponíveis na BEC, nos contratos firmados na Grande São Paulo em maio a resma de A4 75g apresentava preço médio de R\$ 7,71, valor 9,7% maior que os R\$ 7,03 de março. Considerando as compras públicas realizadas em todo o estado de São Paulo, o preço médio de maio estava em R\$ 7,86, que corresponde à alta de 9,8% em relação aos R\$ 7,16 verificados em março último.

### Preço da resma de A4 75g no varejo (em Reais)



Fonte: Andipa

### Variação preço da resma de A4 75g nas compras do governo (sem ICMS - em Reais)



Fonte: BEC/SP

● Estado de São Paulo  
● Grande São Paulo

# Assembléia atualiza estatuto visando melhor gestão

Foram aprovadas, por unanimidade, alterações estatutárias que visam aprimorar a governança da Andipa, dando maior transparência e segurança às ações e decisões do Conselho Diretor. Este foi um dos pontos da pauta da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril, em São Paulo.

Uma dessas alterações aprovadas foi a criação de um mecanismo de proteção que exclui das votações e decisões aqueles membros da diretoria ou associados que tenham interesse direto no tema em questão. Para o presidente da Andipa, Andrés Romero, fazer constar no texto do estatuto uma cláusula que prevê e regulamenta o procedimento em casos de conflitos de interesses é uma demonstração de amadurecimento do setor. “É fundamental que o estatuto tenha base sólida e sirva de exemplo de boa prática de governança corporativa”, afirmou Romero.

“As alterações incorporadas ao estatuto dão exemplo da melhor prática de governança”, ressaltou o consultor jurídico da Andipa, Renato Chiodaro, que orientou as mudanças e apresentou o novo texto aos associados para discussão e aprovação.

Outro ponto modificado foi o período de gestão e data de eleição do Conselho Diretor. Os associados aprovaram que os

mandatos devam coincidir com o ano fiscal, com duração de três anos. Desta forma, o mandato da atual diretoria não se altera, porém se estende até a próxima eleição, que deve acontecer em novembro de 2009.

No encontro, os associados foram atualizados sobre os assuntos em pauta na Associação e no setor, bem como a reformulação em andamento dos regimentos internos dos conselhos setoriais, que são fóruns consolidados para tratar de questões de cada segmento de forma amadurecida entre distribuidores e fabricantes nacionais e internacionais de papéis. O presidente da Andipa também repassou os trâmites do novo rito de filiação, que exigem maior comprometimento do setor quanto às práticas de mercado do candidato a associado.

Entre outros, na assembléia também foram tratados temas como a implantação da substituição tributária, a nova normativa do papel imune, a nota fiscal eletrônica, a importância das estatísticas setoriais e a criação de índice setorial. A pauta da assembléia contou ainda com assuntos ordinários, referentes à prestação de contas do Conselho Diretor. Os associados aprovaram as contas apresentadas pelo presidente do Comitê de Auditoria, Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto (AMM), que fez um relato da reunião realizada em março.

## Fanapel associa-se à Andipa

A fabricante internacional de papel, Fanapel, que distribui seus produtos no Brasil através da empresa Sulpapéis, sediada no Rio Grande do Sul, foi admitida no quadro de associadas. O Conselho Diretor também aprovou a filiação da Port Info, distribuidora de Minas Gerais. O presidente da Andipa, Andrés Romero, enfatiza que a Andipa é uma entidade que congrega as empresas que fazem distribuição de papéis no Brasil, seja exclusivamente ou não. “Devem fazer parte da Associação as empresas que farão parte do futuro deste setor e que hoje assumem o compromisso de construir as bases para que as condições, nos próximos anos e décadas, sejam melhores que as atuais”, completa Romero.

Outros dois pedidos de filiação estão tramitando no Conselho Diretor, que já encaminhou os nomes dos postulantes para consulta aos conselhos setoriais, como prevê o novo rito de associação. A diretoria avalia que este processo é um importante mecanismo de amadurecimento, na medida em que partilha com distribuidores e fabricantes, membros dos conselhos setoriais, a responsabilidade de estar atento às práticas do mercado de seus distribuidores.



# Suspensa greve, Andipa adia pedido de liminar para liberar cargas

Os associados aprovaram e apoiaram, em assembléia, a iniciativa da diretoria de entrar com um mandado de segurança, em nome de seus filiados, para a liberação de cargas retidas nos portos, em função da greve dos servidores da Receita Federal. O Conselho Diretor solicitou parecer e custos da consultoria jurídica para entrar com pedido de liminar e só decidiu por abortar o processo após o anúncio de suspensão da paralisação,

que durou 54 dias. Os servidores decidiram voltar ao trabalho depois de firmarem um acordo com o governo, mas prometem retomar a greve em junho caso as negociações não avancem.

A diretoria da Andipa está acompanhando atentamente o assunto e pode retomar a ação judicial em defesa de seus associados, se houver nova paralisação e retenção de cargas nos portos.

## Associados solicitam selo

Ao menos oito distribuidores já estão aptos a utilizar o selo de associado Andipa em seus impressos e publicações. Até maio, AMM, Conector, Encapa, Samab e Sulpel, além dos recém associados Officenet e Sulpapéis, tiveram suas solicitações aprovadas pela diretoria e já receberam o Termo de Licença de Uso de Marca e o CD com o selo Andipa. O selo é mais um diferencial do associado, identificando-o como membro, que partilha dos valores e princípios defendidos pela Andipa, com o objetivo de fortalecer o setor em busca de um ambiente mais ético e rentável.

A divulgação e renovação de autorizações de utilização do selo estão sendo promovidas pela diretoria, que, em diversas ocasiões, percebeu a manifestação de clientes da distribuição valorizando e priorizando os associados Andipa em suas relações comerciais. Todos os associados têm o direito de uso do selo em seus impressos, pelo prazo de um ano. Para isto, devem encaminhar solicitação específica à diretoria, através da secretaria da Associação.

# Conselhos discutem novos regimentos

Em mais uma manifestação de amadurecimento do setor, distribuidores e fabricantes membros dos conselhos setoriais estão discutindo os novos regimentos internos, adequando-os às novas realidades do mercado. As sugestões foram apresentadas pela assessoria jurídica da Andipa nas reuniões de abril e maio. Após passarem pelo crivo jurídico, os textos alterados serão submetidos ao Conselho Diretor da Andipa e, em seguida, voltará aos conselhos setoriais para avaliação e aprovação final.

Conforme observa o consultor jurídico Dr. Renato Chiodaro, os regimentos são ferramentas importantes de boa governança corporativa, pois dão transparência e segurança a estes fóruns. Dr. Renato explicou ainda que “os conselhos são organismos vivos” e são soberanos para promover mudanças em seus regimentos a qualquer tempo, de acordo com as necessidades e interesses dos setores.

“A qualidade da representação é fundamental para que as discussões avancem com bons resultados”, avalia Andrés Romero, lembrando que todos os associados podem e devem propor assuntos para discussão nos conselhos, além de acompanhar as reuniões como convidados, devendo para isso fazer solicitação com antecedência à secretaria da Associação. Andrés enfatiza ainda que os conselhos são uma grande conquista que hoje serve de exemplo a outros setores.

## Outros assuntos

Na reunião de maio do Conselho do Setor de Papel Cut Size (CCS), foram discutidos também a decisão do CADE sobre a troca de ativos entre IP e VCP; a normatização de papel reciclado e o frete CIF para entregas em regiões incentivadas. O tema frete CIF trata de sugestão da Fanapel para que os fabricantes nacionais entreguem o produto com custo de frete incluso no endereço de destino do faturamento. Esta prática é regra para todos as vendas da Fanapel no Brasil. Em pauta desde a reunião anterior, o assunto foi encerrado com a reafirmação dos fabricantes de, mesmo operando com frete por conta do comprador, redobram as atenções nas vendas às regiões incentivadas, que representem um risco de distorção do ambiente competitivo. Todos os fabricantes membros do CCS reafirmaram que mantêm a opção de frete CIF para as regiões com incentivo fiscal, como Distrito Federal, Espírito Santo e Goiás. “Não se trata só do frete, temos de ficar atentos a outras operações que representam brechas, que oferecem risco e distorcem o mercado”, ressaltou Marcelo Martinez, membro da Suzano no conselho.

O principal assunto na pauta do Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial (CGE) é a nota fiscal eletrônica, que está em tramite nas diversas esferas do fisco. Na avaliação dos membros do conselho, a implantação da nota fiscal eletrônica em âmbito nacional é a melhor alternativa para coibir ilícitos fiscais, como o desvio do papel imune. O conselho voltará ao tema, que deverá também ser discutido com a Bracelpa.

# Lei que zera alíquotas de PIS/Cofins deve voltar

O Congresso Nacional acatou emenda que incluiu no texto da Medida Provisória 413 a prorrogação do prazo de vigência da lei 10.865/2004, que reduz a zero as alíquotas de PIS/Cofins para a importação de vários produtos, entre eles alguns tipos de papéis para fins editoriais. Como previsto na referida lei, o benefício venceu em 30 de abril passado e deve ser restabelecido por esta nova legislação, em fase final de tramitação, que prevê a prorrogação do texto da lei 10.865/2004 por mais quatro anos.

A Medida Provisória 413, encaminhada pelo Poder Executivo, dispõe sobre medidas tributárias para diversos setores e a alteração na validade do benefício para alguns tipos de papéis importados foi incluída por emenda parlamentar no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Como prevê a legislação

brasileira, para que uma medida provisória seja transformada em lei é preciso aprovação da Câmara Federal e do Senado. Com isso, o texto do governo alterado pelos deputados foi encaminhado para votação no Senado, onde foi aprovado em 28 de maio. A versão final, produzida pelas duas casas legislativas, segue para sanção presidencial. Neste caso, a sanção e publicação transformando-a em lei devem sair nos próximos dias, já que a medida provisória já foi prorrogada e tem prazo final em 04 de junho.

A Andipa acompanha o desfecho desta questão e está informando imediatamente seus associados titulares das etapas deste processo através do Informe Direto Andipa, para que os executivos tenham os dados oficiais necessários para suas decisões de negócios.